

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 3

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)



 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa
(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-079-7

DOI 10.22533/at.ed.797192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado *“cultura, políticas públicas e sociais”* e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA PRÁTICAS EDUCACIONAIS, MÍDIA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS E CIDADANIA

CAPÍTULO 1	1
MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O DELINEAMENTO DESTA TRAJETÓRIA	
Mariane Brito da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.7971925011	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE 1988 E 2018: TESSITURAS ANALÍTICAS POLÍTICO-CONSTITUCIONAIS EDUCATIVAS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.7971925012	
CAPÍTULO 3	25
DARWINISMO PEDAGÓGICO	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.7971925013	
CAPÍTULO 4	33
O USO DOS JOGOS INTERDISCIPLINARES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO LÓGICO DE ALUNOS DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Augusto Galvão Rosa Costa	
Olga Teixeira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925014	
CAPÍTULO 5	46
INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE PESQUISA: MAPA CONCEITUAL, ENDNOTE E ATLAS.TI FORMAS E USOS	
Adriane Matos de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.7971925015	
CAPÍTULO 6	55
ENSINO DA SOCIOLOGIA E JOGOS DIDÁTICOS: SEU EMPREGO COMO ESTRATÉGIA DE MEDIAÇÃO	
Elisabete Cristina Cruvello da Silveira	
Natalia Silva Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.7971925016	
CAPÍTULO 7	65
PERSPECTIVAS PARA A VIDA ADULTA DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NO COTIDIANO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Annie Gomes Redig	
Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro	
Vanessa Cabral da Silva Pinheiro	
Vanêssa Lima do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.7971925017	

CAPÍTULO 8	76
ESCOLA: RELATOS DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Amanda Carlou	
DOI 10.22533/at.ed.7971925018	
CAPÍTULO 9	81
ENTRE O FORMAL E O NÃO-FORMAL – ESPAÇOS ONDE A EDUCAÇÃO POPULAR PODE (E DEVE) ATUAR. E, PARA COMEÇAR, PORQUE NÃO JÁ NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?	
Noelia Rodrigues Pereira Rego	
DOI 10.22533/at.ed.7971925019	
CAPÍTULO 10	93
A LINGUAGEM COM AS CRIANÇAS NA ALFABETIZAÇÃO: ENTRE O PROPOSTO E O REAL	
Geisi dos Santos Nicolau	
DOI 10.22533/at.ed.79719250110	
CAPÍTULO 11	104
O ENSINO DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA MILITARES ESTRANGEIROS COMO SEGUNDA LÍNGUA ATRAVÉS DE ELEMENTOS LINGUÍSTICOS CULTURAIS	
Janiara de Lima Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.79719250111	
CAPÍTULO 12	119
A CONTRIBUIÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA PARA A MELHOR COMPREENSÃO DO ESPAÇO ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFF	
Giulia Gonçalves Arigoni Nicacio	
Jéssica Cardoso Martins	
Juliana de Oliveira Borges	
DOI 10.22533/at.ed.79719250112	
CAPÍTULO 13	129
REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO INCLUSIVO	
Elisângela Matos Oliveira de Souza	
Ana Luiza Barcelos Ribeiro	
Nadir Francisca Sant'Anna	
Bianka Pires André	
DOI 10.22533/at.ed.79719250113	
CAPÍTULO 14	142
TEATRO COMO PRÁTICA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Vinícius Borovoy Sant'ana	
DOI 10.22533/at.ed.79719250114	
CAPÍTULO 15	151
FERRAMENTAS DO GEOPROCESSAMENTO NO ENSINO INTERDISCIPLINAR DA GEOGRAFIA E MATEMÁTICA	
Rosane Vieira da Silva	
Elisandra Hernandez da Fonseca	
Angélica Cirolini	
Alexandre Felipe Bruch	
Suyane Gonçalves Campos	

Fernanda Luz de Freitas

DOI 10.22533/at.ed.79719250115

CAPÍTULO 16 158

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PRÁTICA DOCENTE

Carine Silvestrine Sena Lima da Silva

Flavia Melo de Castro

DOI 10.22533/at.ed.79719250116

CAPÍTULO 17 163

POLÍTICAS DE CULTURA E DE COMUNICAÇÃO PARA O AUDIOVISUAL: UM “ESTADO DA ARTE” SOBRE A SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA

Marize Torres Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.79719250117

CAPÍTULO 18 175

O AUDIOVISUAL E A PRODUÇÃO INDEPENDENTE PARA TELEVISÃO NO BRASIL

Natacha Stefanini Canesso

Fábio Almeida Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.79719250118

CAPÍTULO 19 185

LÓGICAS DA MÍDIA / LÓGICAS DOS PROCESSOS SOCIAIS: O RECONHECIMENTO DO TELEJORNALISMO PELOS PENTECOSTAIS

Catiane Rocha Passos de Souza

DOI 10.22533/at.ed.79719250119

CAPÍTULO 20 197

O CINEMA BRASILEIRO EM SEU PRÓPRIO MERCADO

Filipe Brito Gama

DOI 10.22533/at.ed.79719250120

CAPÍTULO 21 209

DA FÉ MEDIADA AO FIEL MEDIATIZADO: UBIQUIDADE COMUNICACIONAL NAS ROMARIAS DE JUAZEIRO DO NORTE

Ivan Satuf

Cícero Rodrigo Alves Dias

José Everson Ferreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.79719250121

SOBRE O ORGANIZADOR..... 222

MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: O DELINEAMENTO DESTA TRAJETÓRIA

Mariane Brito da Costa

Rio de Janeiro – Brasil

RESUMO: O presente artigo está centrado em analisar a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial o que ocorreu no período anterior à ditadura militar (1940-1960). Destacar-se-á, assim, os principais marcos desta conjuntura histórica que perpassa por práticas formais e informais de escolarização de jovens e adultos num o período que vai do império à república, demarcações primordiais para se compreender a atual configuração da EJA. Para tal, não se alargará para os períodos posteriores, devido à influência do período militar, que extinguiu as campanhas e os movimentos, como também pela amplitude que é historiar um universo tão plural que persiste nos dias de hoje na educação de jovens e adultos. Deste modo, ao longo do estudo, enfatizarei sobre a trajetória da educação de jovens e adultos, tendo em vista que a realidade social, política, econômica, educacional e cultural do país influenciou nesta concepção. Em seguida, abordo sobre os Programas de Alfabetização instituídos no Brasil (1959-1964). Por fim, através deste estudo bibliográfico de análise dos marcos históricos da EJA no período entre 1940-1960, pode-se detectar a influência do cenário político-econômico

na forma como se foi configurando a EJA. Uma educação estritamente vinculada aos processos econômicos do país, cujo modelo desenvolvimentista estava relacionado ao economicismo.

PALAVRAS-CHAVES: EJA; Trajetória; Alfabetização.

ABSTRACT: The present article focuses on analyzing the trajectory of Youth and Adult Education (EJA), especially what occurred in the period before the military dictatorship (1940-1960). It will highlight the main milestones of this historical context that goes through formal and informal practices of schooling of young people and adults in a period ranging from empire to republic, demarcations primordial to understand the current configuration of the EJA. To this end, it will not be extended to later periods, due to the influence of the military period, which extinguished campaigns and movements, as well as the breadth of history of a universe so plural that persists today in the education of young people and adults. Thus, throughout the study, I will emphasize the trajectory of youth and adult education, since the social, political, economic, educational and cultural reality of the country has influenced this conception. Next, I address the Literacy Programs instituted in Brazil (1959-1964). Finally, through this bibliographic study of analysis of the historical

landmarks of the EJA in the period between 1940-1960, one can detect the influence of the political-economic scenario in the way the EJA was configured. An education strictly linked to the economic processes of the country, whose developmental model was related to economism.

KEYWORDS: EJA; Trajectory; Literacy.

INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de uma série de reflexões e estudos sobre a trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em especial o que ocorreu no período anterior à ditadura militar (1940-1960). Portanto, destacarei neste estudo os principais marcos desta conjuntura histórica que perpassa por práticas formais e informais de escolarização de jovens e adultos num o período que vai do império à república, demarcações primordiais para se compreender a atual configuração da EJA. Para tal, não se alargará para os períodos posteriores, devido à influência do período militar, que extinguiu as campanhas e os movimentos, como também pela amplitude que é historiar um universo tão plural que persiste nos dias de hoje na educação de jovens e adultos.

Com as contribuições de inúmeros autores, percebe-se que é grande a produção de importantes estudos sobre a educação de jovens e adultos, os quais são encontrados em diversos acervos históricos como livros, jornais, revistas, documentários, dissertações e teses defendidas nos cursos de pós-graduação, dentre outros que compõem uma vasta dimensão deste assunto. Porém, esta temática não se esgota em único trabalho, apenas aponta um caminho para se desvendar o percurso da trajetória de um passado que se reflete na realidade do presente, através de novas leituras e estudos sobre a educação de jovens e adultos.

Diante disso, dentre inúmeros acontecimentos, campanhas, programas e, no âmbito da educação de adultos nos anos de 1940, analisar-se-á apenas os principais movimentos e campanhas nos anos de 1960 a 1964, como: MCP – Movimento de Cultura Popular, no Recife; CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE; De pé no chão também se aprende a ler, MEB – Movimento de Educação de Base, proposta a ser feita de maneira sucinta para uma fácil compreensão dos marcos históricos deste período.

O propósito deste estudo, em torno do contexto histórico do período selecionado (1940 a 1960), refere-se aos fatos que são importantes a serem mencionados, devido à sua relevância na EJA. Entretanto, serão também abordados outros aspectos que perpassam pela história da educação de jovens e adultos, tendo em vista que a realidade social, política, econômica, educacional e cultural do país influenciou nesta concepção.

Acredita-se que esse tema é de extrema importância para se compreender a real conjuntura do Brasil acerca do processo de escolarização de jovens e adultos em meio

a um viés político que marcou esta história e que, muitas vezes, fica esquecido pelas políticas educacionais atuais, identificadas como “educação de pobre para pobres”, como segunda chance de escolarização.

Por fim, através deste estudo bibliográfico de análise dos marcos históricos da EJA no período entre 1940-1960, pode-se detectar a influência do cenário político-econômico na forma como se foi configurando a EJA. Uma educação estritamente vinculada aos processos econômicos do país, cujo modelo desenvolvimentista estava relacionado ao economicismo.

1 | A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil não é recente, ela apresenta uma especificidade única que marca cada período histórico. Mas a denominação empregada referia-se ao termo educação de adultos. Neste sentido, a política nacional para a educação de jovens e adultos passou a tomar forma no Brasil somente no final da década de 1940. Porém, não podemos deixar de explicitar os acontecimentos que anteriormente contribuíram para o surgimento de propostas para a educação de jovens e adultos.

No período do império, a constituição de 1824, “garantia a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, como também para os adultos. O direito que constituía a lei de estender a garantia de uma escolarização básica para todos os cidadãos progrediu lentamente ao longo da história. Sendo, também, interpretada como direito apenas das crianças (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.109).

Neste cenário, só possuía cidadania uma pequena parcela da população, aqueles que eram proprietários, que pertenciam a uma elite econômica. Excluindo-se, assim, o acesso à educação aos “escravos e homens livres pobres”. (CARDOSO, 2003, p.199). Portanto, ficava a cargo das províncias a responsabilidade das primeiras letras, enquanto a atuação do governo central visava apenas a atender à Corte. Porém, o pouco que foi realizado efetivou-se devido à mobilização de algumas províncias, tanto no ensino de jovens e adultos como na educação das crianças e adolescentes.

Na primeira república, a constituição de 1891 representou o primeiro marco legal, uma vez que consagrou a concepção de federalismo em que a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada nas províncias e municípios. Desta forma, a União passou a assumir uma presença maior no ensino secundário e superior. Porém, mesmo assim, perpetuava-se a formação das elites em detrimento da educação, pois as “decisões relativas à oferta de ensino elementar ficavam dependentes da fragilidade financeira das províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente” (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.109).

Em meio a um período em que a maioria da população adulta era analfabeta, este quadro permaneceu estagnado. Somente em 1913 foram criadas as chamadas escolas

regimentais com o propósito de ofertar educação primária aos recrutas, por iniciativa do exército. Até a primeira metade de 1940, a preocupação com a educação de jovens e adultos praticamente não se distinguia das políticas educacionais. Contudo, havia uma preocupação com a educação popular voltada especificadamente para atender as crianças das camadas populares.

Ao contrário do federalismo que se manteve na república, com a Constituição de 1934 o Estado passa exercer seu papel central, no governo de Getúlio Vargas. Assim, a política da educação de jovens e adultos veio a ser firmar no final da década de 1940, com base nesta política implantada na constituição de 1934, que estabelece o Plano Nacional de Educação, que incluía o ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória a todos os cidadãos, inclusive aos adultos.

A partir deste marco, inaugura-se o surgimento de propostas para a educação de jovens e adultos, porém as ações inseridas neste contexto visavam o “combate ao analfabetismo”, por meio de “brigadas de alfabetização”, baseadas em exemplo mexicano de ação em massa de alfabetização (OLIVEIRA, 1996, p.180). Exatamente pela utilização do termo, a educação de jovens e adultos passou a ser identificada como erradicação do analfabetismo que poderia ser resolvido por meio de campanhas inspiradas em modelos da área de saúde, como, por exemplo, as campanhas de vacinação organizadas pelos higienistas no início do século XX.

O censo de 1940 mostra altos índices do analfabetismo, sendo cerca de 55% para todo o país, considerando-se a população de 18 anos e mais; nos estados do Sul e Sudeste, em torno de 40%; no Norte e no nordeste 72%; no leste e no norte, os mesmos 55% nacionais. Acrescente-se que as principais iniciativas surgidas após a 2ª guerra mundial foram baseadas em grandes campanhas incentivadas pela recém criada UNESCO (PAIVA, 2003, p. 338). Com a criação do INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, criado em 1938-por meio de estudos e pesquisas, instituiu-se, em 1942, o Fundo de Educação Primária. Por intermédio desse fundo deveria ser realizada progressivamente a ampliação da educação primária que incluísse o ensino supletivo. Em 1945, o fundo é regulamentado e estabelece que 25% de cada auxílio federal seria aplicado num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos analfabetos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a queda do governo Getúlio Vargas, a Unesco se instala no Brasil com sua primeira investida internacional, que enfatizava a existência de profundas desigualdades entre os países e destacava o papel da educação, em especial a de adultos, como uma forte estratégia para o desenvolvimento econômico e social das nações que eram consideradas atrasadas, devido aos altos índices de analfabetismo. Assim, a educação de jovens e adultos passa a ser compreendida como outra modalidade de ensino, diferente do regular, o que marca, neste período, um forte surgimento de campanhas de alfabetização em massa realizadas pelo governo federal.

Em 1947, foi instalado o Serviço de Educação de Adultos (SEA), como serviço

especial do departamento Nacional de Educação e Saúde, que tinha como função a reorientação e a coordenação geral dos trabalhos dos planos nacionais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos. Desta forma, neste mesmo ano, com o aproveitamento do Fundo Nacional do Ensino Primário em 1942, a União inaugura, em nível nacional, a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

Embora suas ações tenham praticamente se restringido à alfabetização, sua proposta visava a uma ação educativa ampla, compreendendo a aprendizagem da leitura e da escrita, as operações elementares do cálculo, as noções básicas de cidadania, higiene e saúde, geografia e história pátria, puericultura e economia doméstica para as mulheres. Na verdade, tal proposta estava ancorada no conceito de educação de base sistematizados pela Unesco, que previa para os adolescentes e adultos, que não haviam freqüentado a escola na “idade apropriada”, o conteúdo do ensino intensificado na América Latina. Propunha-se também a criação de centros, pelo maior contato com a cultura, por intermédio do rádio, do cinema e de coleções de livros e de jornais. (FÁVERO, 2000, p. 14-15)

Nesta conjuntura, Lourenço Filho foi o idealizador da CEAA e acreditava que, investindo na educação dos adultos, estaria contribuindo para a educação das crianças, por isto esta campanha apresentava conteúdos correspondentes à escola primária. Assim, o plano da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos determinava, entre outras medidas, a expansão da rede de ensino supletivo, como a criação de classes de alfabetização regidas por voluntários e a organização de “Centro de cultura Popular” junto às bibliotecas municipais. A alfabetização seria realizada em três meses (técnicas elementares de leitura e escrita) e, em dois períodos letivos de sete meses cada, o curso primário.

Embora a campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) fosse imprescindível para diminuir o índice de analfabetismo, ela foi muito criticada, sendo identificada como uma “fábrica de eleitores”, para ampliar os quadros eleitorais, uma vez que os analfabetos não votavam, sendo esta campanha meramente assistencialista e compensatória. Segundo Paiva (1973, p.179), essa campanha significava o combate ao “marginalismo”. Nesta perspectiva, o diretor Lourenço Filho do Departamento Nacional de Educação cita o seguinte pronunciamento:

Devemos educar os adultos, antes de tudo, para que o esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem e cada mulher possam ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficiente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral (LOURENÇO FILHO apud PAIVA, 1973, p. 179).

Analisando esse momento em que se efetivou este pronunciamento, podemos identificar a educação de adultos como instrumento importante de regulação e de ajustamento social das camadas populares, assim como permeada de um intenso preconceito contra os analfabetos, principalmente nas regiões rurais, sendo vistos como incompetentes, marginais, culturalmente inferiores etc. Partindo da mesma

concepção do CEAA, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural, tendo como precursor o México, onde este tipo de programa (campanha) chamava-se “missões rurais”. Esta campanha contribuiu para a ampliação das ações conjugadas dos órgãos de educação, saúde e agricultura no desenvolvimento de um trabalho junto às populações rurais.

Em 1957, foi criada, pelo governo federal, a Mobilização Nacional de Erradicação do analfabetismo, desenvolvido pelo grupo de pesquisadores que atuava juntamente com Anísio Teixeira no MEC /INEP e que eram contra as campanhas massivas. Seu alvo era reestruturar o sistema de ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos. Tendo como lema “secar as fontes do analfabetismo”, buscando, assim, a regularização da oferta primária de quatro anos e sua complementação em mais dois anos, como ocorreu na Escola “Parque” na Bahia. Porém, estas campanhas, a partir da segunda metade dos anos de 1950, passaram a ser extintas; de igual modo ocorreu à CEAA, que estava em meio às muitas críticas por se restringir à alfabetização com intenções eleitorais em 1963, sendo que seu ápice se deu de 1947 a 1951.

Cabe destacar que foi organizado pelo Ministério da Educação o Sirena (Sistema Rádio Educativo Nacional), no final dos anos de 1950, no âmbito do governo de Juscelino Kubitschek, no qual, oferecia-se emissões educativas gravadas por locutores da Rádio Nacional e distribuídas em discos de acetato às emissoras, sendo muitas delas de cunho católico, que se comprometiam em implantar as escolas radiofônicas. Segundo Fávero (2009, p.60), o livro para alfabetização, a Radiocartilha, elaborada pelo Sirena e impressa em cores, é considerada o material didático mais fraco do período. Portanto, em meio às ações explicitadas pelo Estado, enuncia-se a expansão dos direitos sociais de cidadania a partir de 1940, uma vez que:

aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de adolescentes e adultos. Após uma atuação fragmentária, localizada e ineficaz durante todo o período colonial, Império e Primeira República, ganhou corpo uma política nacional, com verbas vinculadas e atuação estratégica em todo o território nacional (HADDAD E DI PIERRO, 2000, p.111).

Por fim, as campanhas de alfabetização implantadas pelo Estado foram experiências importantes dos fins dos anos de 1940 a início de 1950, para compreendermos a trajetória da educação de jovens e adultos, em meio a uma dimensão explicitamente política que visava neste período, o desenvolvimento econômico do Brasil. Porém, comparado à média de outros países desenvolvidos e latino-americanos, o nível de escolarização brasileira teve pouca melhoria, continuando em patamares cada vez menores.

Rememorando estes momentos históricos, lembramo-nos que a história da educação de jovens e adultos, no período imperial, apresentava poucas perspectivas e ações para esta modalidade de ensino, uma vez que ela estava sempre articulada à escolarização de crianças e adolescentes. Porém, na época da república, em meio aos dilemas expostos, devido a interesses políticos, as campanhas foram um marco muito

importante para entendermos as práticas utilizadas para erradicar o analfabetismo, o qual, podemos dizer que, apesar de ser visto como fábrica de eleitores, foi importante para os jovens e adultos naquela época, que não tinham acesso à educação e tiveram, então, pela primeira vez, esta oportunidade. Então, partindo desta análise, podemos refletir sobre as práticas do passado que contribuíram para a origem e configuração da atual educação de jovens e adultos.

2 | OS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: PERSPECTIVAS E DILEMAS (1959-1964)

Com base nas críticas à ineficácia das campanhas, foi realizado, em 1958, o II congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura (MEC); neste contexto podemos identificar uma grande preocupação em redefinir as características próprias para esta modalidade de ensino. Evidenciando-se, assim, mais uma vez, o grande valor da educação de jovens e adultos para resolver os problemas surgidos pelo desenvolvimento econômico. Até então o adulto não-escolarizado era percebido como imaturo e ignorante, que deveria ser atualizado com os mesmos conteúdos formais da escola primária, percepção esta que reforçava o preconceito contra o analfabetismo (PAIVA, 1973, p.209).

O II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, no Rio de Janeiro, contribuiu para uma nova forma de conceber o adulto, interligado com um pensamento pedagógico, explicitado no discurso do Presidente da República Juscelino Kubitschek:

Cabe, assim, à educação dos adolescentes e adultos, não somente suprir, na medida do possível, as deficiências da rede de ensino primário, mas também e muito principalmente dar preparo intensivo, imediato e prático aos que, ao se iniciarem na vida, se encontram desarmados dos instrumentos fundamentais que a sociedade moderna exige para completa integração nos seus quadros: capacidade de ler, escrever, a iniciação profissional técnica, bem como a compreensão dos valores espirituais, políticos e morais da cultura brasileira. Vivemos, realmente, um momento de profundas transformações econômicas e sociais na vida do País. A fisionomia das áreas geográficas transforma-se contínua e rapidamente, com o aparecimento de novas condições de trabalho que exigem, cada vez mais, mão-de-obra qualificada e semiquificada. O elemento humano convenientemente preparado, que necessita nossa expansão industrial, comercial e agrícola, tem sido e continua a ser um dos pontos fracos da mobilização de força e recursos para o desenvolvimento. Essa expansão vem sendo tão rápida e a conseqüente demanda de pessoal tecnicamente habilitado, tão intensa, que não podemos esperar a sua formação regular de ensino; é preciso uma ação rápida, intensiva, ampla e de resultados práticos e imediatos, a fim de atendermos os reclamos do crescimento e do desenvolvimento da Nação (Kubstichek, 1958, p. 3, apud Fávero 2009, p. 61).

Em seminário preparatório ao II Congresso, no Recife, Paulo Freire apresenta e defende um relatório no qual propunha a participação e a responsabilidade social e política. Tal relatório enfatizava o respeito ao conhecimento popular e ao senso comum do trabalhador. Nele, Freire defendia o saber aprendido existencialmente, sendo o

conhecimento vivo dos problemas do trabalhador e de sua comunidade como ponto de partida para prática pedagógica. Neste contexto, o Congresso representa um novo modo de pensar sobre a educação de jovens e adultos, como prática pedagógica e política, devido à possibilidade de participação da população adulta na esfera política. Segundo Paiva (1973, p.210) o Congresso marcava:

O início de um novo período na educação de adultos no Brasil, aquele que se caracterizou pela intensa busca de maior eficiência metodológica e por inovações importantes neste terreno, pela reintrodução da reflexão sobre o social no pensamento pedagógico brasileiro e pelos mais diversos grupos em favor da educação da população adulta para a participação na vida política da Nação. (PAIVA 1973, p.210)

O cenário é de profundas mudanças no Brasil, com a intensificação do ingresso do capital internacional no país e, conseqüentemente, a implantação de uma economia capitalista industrial cada vez mais globalizada, marcada pela transferência e ingresso de inúmeras multinacionais para o Brasil, proposto no governo de Kubitschek, na busca de um desenvolvimento acelerado - “cinquenta anos em cinco” trouxeram conseqüências ao quadro econômico, que foi agravado no período Jânio-Jango (1961-1964).

Como resultado deste desequilíbrio econômico, intensificavam-se, nos setores médios das camadas populares, questões relacionadas à democracia, à participação política e à disputa pelos votos, dentre outras, devido ao alto índice de desemprego e à perda do poder aquisitivo salarial, ocasionando, assim, o descontentamento da população. Numa análise desse momento em que se encontrava o Brasil, ver-se-á que educação de jovens e adultos passa ganhar ênfase e destaque pelo interesse de buscar apoio político junto aos grupos populares, visando não apenas ao viés educativo, mas também a uma ação educativa orientada para uma ação política.

Como se sabe, o eixo político está sempre ligado às questões sociais, como educação, saúde etc, por isso, não podemos deixar de explicitar que grande parte dos movimentos de educação e cultura popular estavam ligados ao Estado ou recebiam auxílio para que estes programas se efetivassem. Assim, percebe-se, no tocante à educação de jovens e adultos, uma forte, árdua e insistente tentativa de favorecimento político marcada pela “luta política dos grupos que disputavam o aparelho do Estado em suas várias instâncias por legitimação de ideais via prática educacional” (HADDAD E PIERRO, 2000, p.113).

Diante disso, nas primeiras décadas de 60, nasceram alguns movimentos mais expressivos da educação popular no Brasil, que nos revelam acontecimentos e particularidades dos movimentos populares e da campanha que configura a história da educação de jovens e adultos; citemos, por exemplo: MCP – Movimento de Cultura Popular, no Recife; CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE; De pé no chão também se aprende a ler, CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba, MEB – Movimento de Educação de Base, e Sistema Paulo Freire, com a posterior definição do Programa Nacional de Alfabetização. De igual modo, Góes (1991, p.48) destaca os

principais movimentos que ocorreram entre 1960 e 1964:

Movimento de Cultura Popular, criado em maio de 1960, sob o patrocínio da Prefeitura do Recife, como sociedade civil autônoma.

Campanha De no Chão Também se Aprende a Ler, deflagrada em Natal, em 23 de fevereiro de 1961, pela Secretária de Educação da Prefeitura de Natal.

Movimento de Educação de Base, lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o Governo federal, em março de 1961.

Centro Popular de Cultura, criado pela União Nacional dos Estudantes, em abril de 1961.

Devido à especificidade, à natureza e à particularidade de cada programa implantado na década de 60, destacar-se-á apenas os quatro marcos que ocorreram no período de 1960 e 1964 citados acima por Góes.

2.1 Movimento de Educação Popular (MCP)

Em 1960, o movimento de educação popular foi o primeiro a ser criado e instalado na cidade de Pernambuco. Passando a vigorar a *posteriori* à posse do prefeito Miguel Arraes em Recife, que, em sua administração, reuniu um grupo de intelectuais progressistas, comunistas e católicos para estruturar estratégias no âmbito da educação e da cultura, fundando, assim, este programa. Dentre os principais intelectuais que contribuíram para a constituição do movimento de cultura popular, podemos destacar Paulo Freire, Paulo Rosas, Germano Coelho e Abelardo da Hora, pois atuaram diretamente na comissão deixando marcas na cultura popular. Góes (1991, p.49) afirma que o objetivo do MCP é “conscientizar as massas através da alfabetização e da educação de base (...) e incorporar à sociedade os milhares de proletários e marginais de Recife”.

Assim, entre as inúmeras ações do MCP, a implantação de escolas primárias para crianças e adolescentes dos bairros não atendidos pela rede municipal, juntamente com a colaboração de várias entidades e a parceria entre a prefeitura e a população, foi uma das primeiras atuações deste movimento. Mas sua ação não se limitou apenas a escolas para crianças e adultos, pois os meios informais da educação, que compreenderam diversas atividades e espaços, passaram também a ser utilizados: como as praças de cultura, parques infantis, bibliotecas, teatro, cineclube, debates, concha acústica – onde o trabalho era desenvolvido junto com as associações de bairros, centros esportivos e recreativos, grupos escolares, templos etc. O MCP passou a ser referência para muitos outros movimentos de cultura e educação popular

que foram surgindo no início dos anos de 1960.

2.2 Campanha de pé no chão também se aprende a ler

A *campanha de pé no chão também se aprende a ler* foi instituída em Natal, na capital do Rio Grande Norte em 1961, no governo do Prefeito Djalma Maranhão. Uma vez que o índice de analfabetismo na população acima de 14 anos era o mais alto no Nordeste (59,97%) e em Natal, cidade em que o censo de 1960 revelava a existência de 60.254 analfabetos, o que correspondia a 35.810 crianças e 24.444 adultos, o prefeito adotou a Campanha Municipal de Erradicação do Analfabetismo: ter os pés no chão significava conhecer a realidade e a dimensão do seu desafio. Segundo Fávero (2009), a utilização do termo campanha nada tem em comum com as experiências anteriores de alfabetização e educação de adolescentes e adultos desenvolvidas anteriormente pelo Ministro da Educação e Saúde.

A primeira ação desta *campanha de pé no chão também se aprende a ler* foi a implantação do ensino primário de quatro anos para crianças dos bairros pobres em escolas de chão batido e cobertas de palha, como eram as moradias desses bairros. Esta campanha apresentou características parecidas com o MCP, como a criação de escolinhas organizadas em amplos acampamentos escolares, instalações de bibliotecas populares, praças de cultura, museus de arte popular, dentre outros.

O avanço desta campanha, em meados de 1963, gerou um aumento para ela e desdobrou-se na *Campanha De Pé no Chão se Aprende uma Profissão*. Surgindo assim, diversas mudanças no sistema escolar.

2.3 Movimento de Educação de Base (MEB)

O movimento de educação de base foi criado em 1961, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tendo como apoio o governo federal, por intermédio do decreto presidencial e com o convênio estabelecido com os diversos ministérios. Suas ações caminhavam diretamente relacionadas à educação popular em diversas regiões do Norte e Nordeste do país. Porém, este movimento instituiu-se separado do Estado desde o período da Proclamação da República e aliado à igreja católica; devido a este vínculo com o catolicismo, este movimento foi o único que conseguiu sobreviver ao golpe de extinção das referências em educação até aquele momento.

O principal objetivo do MEB era realizar um programa de educação de base, partindo do acordo estabelecido com a Unesco. Tendo, então, como propósito alfabetizar adultos, no contexto de um programa de educação básica, por meio de escolas radiofônicas instaladas no interior e nas regiões menos desenvolvidas do Brasil. Escolas radiofônicas que diferem do Sirena (Sistema Rádio Educativo Nacional), que visava a produção de aulas e programas radiofônicos com centralização em nível nacional.

Contudo, no decorrer dos primeiros anos deste movimento, o MEB, teve o

seu objetivo modificado pelos seus agentes e diretores. De finalidade basicamente alfabetizatória destinou-se a uma educação que incentivava a consciência crítica, valorizando a cultura popular, a autonomia das comunidades, a organização e a animação popular. Tal mudança se caracterizou devido à difícil realidade vivida pelo campesinato e à influência da igreja católica, voltada para as questões sociais.

A animação popular era realizada através da relação direta com as comunidades rurais, em meio a críticas da situação vivida por elas, sendo esta uma estratégia de superação dos problemas enfrentados pelas comunidades. Mas, devido à dificuldade de verbas, à cerrada censura, inclusive interna, às aulas e programas radiofônicos, à perseguição e prisão de monitores e animadores, ocasionadas pelo endurecimento da ditadura militar, estas atividades foram encerradas após 1968.

2.4 Centro Popular de Cultura (CPC)

Baseado na proposta de um grupo do Rio de Janeiro associado à UNE (União Nacional de Estudantes), em 1961 nasceu o centro popular de cultura, com a intenção de criar e divulgar uma arte popular e revolucionária. Dentre os jovens artistas e idealizadores deste cenário artístico e cultural estavam Oduvaldo Viana Filho, Leon Hirszman e Carlos Estevam Martins que constituíam o núcleo formador do Centro de Cultura Popular. Logo, muitos artistas abraçaram esta causa, acreditando que a cultura popular deveria ser compreendida como ato de despertar a consciência política da população brasileira, de maneira que encaminhasse o homem a entender o mundo em que vive, a sua própria realidade, rompendo, assim, com uma visão alienada, em nome de uma cultura popular revolucionária.

Entretanto, a cultura popular assumiu um conceito específico no *Manifesto* de seu lançamento, o CPC/UNE, que não se confunde com o conceito de outros movimentos naquele período:

A cultura popular, essencialmente, diz respeito a uma forma particularíssima de consciência, a consciência que imediatamente deságua na ação política. Ainda assim, não a ação política em geral, mas a ação política do povo. Ela é o conjunto teórico-prático que codetermina, juntamente com a totalidade das condições materiais objetivas, o movimento ascensional das massas em direção à conquista do poder na sociedade de classes (ESTEVAM, 1963 apud FÁVERO, 2009, p.64).

Desta forma, a UNE passou a divulgar o movimento, direcionando a formação de centros populares de cultura junto às uniões estaduais de estudantes, buscando atuar como uma entidade de massas. O centro popular de cultura tinha o intuito de se instalar junto às associações universitárias, camponesas e operárias. Para tal funcionamento e manutenção do centro popular de cultura, arrecadavam-se recursos com a venda de produção própria, como também com o auxílio de empréstimo da UNE.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo centro de cultura popular, as peças teatrais foram as mais conhecidas como: o *Auto dos 99%*, o *Auto dos cassetetes*

e o *Auto do tutu está no fim*. Na área de cinema, foi realizado o longa-metragem *Cinco vezes favela*, e na de música, foi gravado o disco *O povo canta*. Na área editorial, foram lançados os Cadernos do povo brasileiro, dentre outras que marcaram este centro popular de cultura neste período.

Refletindo sobre este momento em que se efetivaram as reais e significativas contribuições das esferas governamentais para a educação de jovens e adultos no período de 1950 a 1964, pudemos observar que esta modalidade passa a ter relevância no sistema educacional no Brasil. Para tal, cada movimento e campanha, em suas respectivas épocas e regiões, foram essenciais para atender às necessidades da população que carecia de uma educação de base; porém, apesar das deficiências encontradas em cada movimento e campanhas, pôde-se identificar um viés político para atender aos objetivos econômicos de se alcançar o desenvolvimento do país.

Mas, em meio, a essas circunstâncias, diversos precursores, como, por exemplo, Paulo Freire, contribuíram para uma nova visão da educação de jovens e adultos levando o sujeito a refletir sobre sua própria existência no mundo e sobre as condições de vida na sociedade. Assim, nos dias atuais, muitos têm sido os estudos em torno da EJA, para que se alcance uma educação de qualidade, com o propósito de superar o preconceito que ainda existe nesta sociedade em torno desta modalidade e para que os sujeitos-pensantes, experientes de um mundo que os circunda e com o qual cresceram- reflitam sobre o seu existir, a sua existência, atuando como sujeitos agentes em um mundo massificado de informações, globalizado, tecnologizado, porém, ainda, com profundos retardos nas ações de humano a humano e nas ações de elevação do humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse artigo, pode-se observar que as políticas e ações destinadas à educação de jovens e adultos passaram a se configurar na segunda metade da década de 1940. Mas tais iniciativas visavam ao combate do analfabetismo através de campanhas de alfabetização, como, por exemplo, CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos), Campanha Nacional de Educação Rural e a Mobilização Nacional de Erradicação do analfabetismo.

No início da década de 1960, estabelece-se um novo olhar sobre a educação de jovens e adultos voltados para uma prática pedagógica de escolarização. Surgindo, desse modo, os principais movimentos e campanhas nos anos de 1960 a 1964, como: MCP – Movimento de Cultura Popular, no Recife; CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE; De pé no chão também se aprende a ler, MEB – Movimento de Educação de Base.

Através desses marcos históricos que corresponde ao período entre 1940-1960, podemos detectar a influência do cenário político-econômico na forma como se foi configurando a EJA. Uma educação estritamente vinculada aos processos econômicos

do país, cujo modelo desenvolvimentista estava relacionado ao economicismo. Assim, o desenvolvimentismo pode ser compreendido como uma estratégia política adotada durante o governo Juscelino Kubtschek com o intuito de acelerar o processo de industrialização do país.

Diante do exposto, a EJA passou a se estruturar com o propósito de formar trabalhadores que acompanhassem o processo de modernização e desenvolvimento do país. Desta forma, o problema do analfabetismo não se restringiu à esfera educacional, passando a ser adotado como proposta a ser resolvida pelos países subdesenvolvidos como Brasil. Em meio a esta conjuntura política, a educação de jovens e adultos, a partir dos anos de 1960, passa a ser reconhecida como prática pedagógica que valoriza o saber e as experiências do trabalhador como ponto de partida da prática pedagógica.

Portanto, dentro dos limites desse artigo, tentou-se destacar a importância da trajetória da EJA, uma vez que ela apresenta ligações com o presente, no que diz respeito às políticas destinadas a jovens e adultos, apesar das diversas mudanças ocorridas ao longo de seu percurso histórico.

Por fim, esta análise visou refletir sobre a real função da EJA, como *locus* de formação dos indivíduos, de maneira a levá-los a entender e a criticar a realidade em que vivem, transformando, a partir desta prática, a sua realidade. Para que não se repita os mesmos erros do passado, quando se tinha uma educação com característica de um ensino tradicional, rígido, que não permitia ao aluno a participação no processo de ensino-aprendizagem, é preciso, então, perceber que toda essa caminhada propôs que “as ações educativas devem preparar para a vida, para uma nova vida, ao longo de toda a vida” (FÁVERO, 2009, p.92).

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso. A política de educação de jovens e adultos analfabetos no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila (org.). **Gestão democrática da educação: desafios Contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARDOSO, Tereza. Fachada. L. **A construção da escola pública no rio de Janeiro imperial**. Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo: Editora Autores Associados, maio/junho, n.5, 2003. p.195-212.

DI PIERRO, Maria Clara, HADDAD, Sergio. **Escolarização de jovens e adultos**. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, mai./ago. 2000, p. 108-130.

FÁVERO, Osmar. Lições da história: os avanços de sessenta anos e a relação com as políticas de negação de direitos que alimentam as condições do analfabetismo no Brasil. In: PAIVA, Jane. Oliveira, INÊS B. **Educação de Jovens e Adultos**. *Rio de Janeiro: DP&A editora*, 2004, p.14-15.

_____. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina-direito e desafio de todos**. São Paulo: Moderna, 2009, p.64.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.87.

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961 a 1964): uma escola democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991, p 48-67.

GONDRA, José G. Medicina, **Higiene e Educação Escolar**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cinthia Greive (org.). 500 anos de Educação no Brasil. 2. edição. Belo horizonte: Autêntica, 2000, p. 543.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **A educação na Assembléia Constituinte de 1946**. In: FÁVERO, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988. Campinas, SP: Autores Associados, 1996. p.180.

PAIVA, Vanilda. P. **Educação Popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973, p. 179.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil educação popular e educação de adultos**. 6º ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2003, p.338.

XAVIER, Libânia. **Educação, Raça e Cultura em Tempos de Desenvolvimento**. In: MAGALDI, Ana M. ALVES, Cláudia. GONÇALVES, José. (Orgs.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política Bragança Paulista*. São Paulo: EDUSF, 2003, p. 487-504.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-079-7

